Conferência internacional

Gestão da Informação dos Parlamentos em África:

Desafios e oportunidades das TIC para consolidar a democracia e a governação parlamentar

Nairobi 9-11 de Fevereiro de 2005

Senhor Deputado Gustavo Selva

Presidente da Commissão de Negócios Estrangeiros

Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Ilustres Participantes,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É para mim uma honra estar aqui hoje em representação da Câmara dos deputados da República italiana, e apresentar as saudações do Senhor Presidente Pier Ferdinando Casini, que desejava participar pessoalmente nesta conferência, mas, que devido a outros compromissos, não pode estar presente.

A Câmara dos Deputados está comprometida na cooperação inter-parlamentar, quer ao nível europeu, quer ao nível global. Em relação à Conferência de hoje, gostaria de lembrar que a Câmara foi um dos promotores iniciais do projecto da UNDESA "Consolidação dos Sistemas de Informação dos Parlamentos em África", facilitando o seu financiamento pelo Governo Italiano. Desde o seminário que teve lugar em Roma o 28 de Janeiro de 2004**,** a Câmara tem desempenhado depois um papel de apoio activo em relação a este projecto. Especialmente,

providenciou a preparação de uma série de contribuições que foram requeridas o ano passado em Roma, e também patrocinou a Conferência de hoje.

O projecto da UNDESA é um projecto estratégico, devido à crescente importância que as tecnologias da informação estão a adquirir no modo de governar e na vida quotidiana dos cidadãos de todo o mundo. As tecnologias da informação são hoje o máximo instrumento de *governance* e de desenvolvimento. Por conseguinte, um dos principais desafios do nosso tempo é garantir a ultrapassagem do *digital divide*, transformando um potencial ulterior instrumento de desigualdade numa extraordinária oportunidade para abreviar as distâncias quer entre sociedades e culturas diversas, quer no interior das próprias realidades nacionais.

Iniciativas, como esta, representam, portanto, importantes oportunidades para compartilhar as experiências adquiridas pelos países que já usam os instrumentos informáticos há mais tempo, favorecendo assim uma sua mais rápida e efectiva difusão, evitando também os erros e beneficiando das experiências efectuadas por outros Parlamentos.

Estamos convictos que os Parlamentos desempenham um papel especial no processo de adopção e difusão dos instrumentos informáticos nos respectivos países, e isto por uma série de razões.

Em primeiro lugar o Parlamento, como símbolo da soberania nacional e lugar de representação e controlo democrático, pode empregar os instrumentos tecnologicamente mais avançados que lhe permitam desempenhar no modo melhor as suas altas funções. Estou a pensar na fundamental capacidade de tornar o próprio trabalho transparente e acessível a todos os cidadãos, no encontrar as informações mais actualizadas e sofisticadas, na ligação com as outras administrações públicas e organizações da sociedade civil, a nível nacional, regional e internacional.

Em cada país os sistemas informativos dos Parlamentos podem tornar-se uma sede privilegiada de inovação tecnológica e o lugar em que se experimentam serviços para o cidadão que podem ter também carácter impulsionador para o desenvolvimento tecnológico de toda a comunidade nacional.

O intercâmbio de conhecimentos e de experiências sobre os sistemas informativos dos Parlamentos – que já se está a realizar nesta Conferência – pode dar frutos muito concretos, sobretudo se os representantes políticos

souberem apoiar em modo clarividente as propostas inovadoras que surgem na vertente técnica.

Com um adequado impulso político, os Parlamentos podem criar um circuito permanente e qualificado de transferência de tecnologias e de *capacity building*, que no tempo pode ser útil ao Governo, a toda a administração pública e a toda a sociedade. Na sessão da tarde os técnicos TIC da Câmara dos deputados apresentar-vos-ão o percurso realizado em tal sentido pela nossa administração.

A segunda razão que torna o Parlamento um lugar crucial para a inovação tecnológica é a função legislativa que lhe é própria. De facto, juntamente com o órgão executivo, o Parlamento é chamado a aprovar as leis que servem para regular o desenvolvimento tecnológico.

A experiência mundial que a Câmara dos deputados documentou e recolheu no CD-ROM, preparado especificamente para esta Conferência, demonstra que os melhores resultados se atingiram onde o desenvolvimento tecnológico está inserido numa política geral capaz de criar uma visão ampla das interconexões e das interdependências e de seleccionar as exigências, identificar as prioridades, criar estruturas organizativas apropriadas.

Todos nós, representantes de instituições políticas, sabemos que uma das componentes mais importantes de uma política é precisamente a criação de um quadro coerente de regras e de normas legislativas, sem o qual muitas iniciativas, em si boas, não têm continuidade e não desenvolvem plenamente os próprios efeitos positivos. A experiência dos países envolvidos há mais tempo no desenvolvimento da sociedade da informação, entre os quais a Itália, demonstra que este princípio geral é particularmente verdadeiro no campo das novas tecnologias, onde os custos elevados e a complexidade técnica multiplicam o risco de desperdício de recursos.

Um tema importantíssimo concerne as modalidades com as quais os Parlamentos podem contribuir para a promoção de uma política que favoreça, juntamente com o seu próprio desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento tecnológico de todo o país.

Todos estes elementos estabelecem um nexo estreito entre tecnologia e política como factor-chave de sucesso e estimulam os Parlamentos a assumir um papel activo na promoção da sociedade do conhecimento, não só nos países desenvolvidos, mas também e sobretudo nos países em vias de desenvolvimento.

Mas, para alcançar estes objectivos, é indispensável que os processos de difusão das tecnologias informáticas sejam adequadamente governados, também através de uma aprofundada análise comparada das soluções adoptadas noutros sítios. Além disso, na predisposição dos instrumentos nacionais, é essencial ter em conta as características e exigências específicas de cada país.

Então, quem melhor do que cada Parlamento nacional é capaz de promover a cooperação entre as diversas instituições para uma política de desenvolvimento das tecnologias?

O nosso papel hoje aqui, o papel dos Parlamentos de outros países e, no que nos concerne, o papel do Parlamento italiano, não é certamente o de nos querermos substituir numa tarefa que nos seria impossível realizar. Mas é o de compartilhar convosco as metodologias que adquirimos no decurso de décadas de tentativas coroadas de erros e de sucessos. Estudar as experiências dos outros é importante, visto que cada um de nós tem a possibilidade de aprender com o que faz o próprio vizinho.

No decurso do último século assistimos a uma difusão das conquistas tecnológicas a um ritmo nunca antes experimentado, que mudou capilarmente os nossos hábitos, multiplicando as oportunidades, acelerando os processos, efectuando, em suma, uma mutação epocal dos estilos de vida.

Talvez o elemento mais interessante deste processo seja a possibilidade de interagir com os instrumentos informáticos, adaptando-os às nossas exigências. A tecnologia é um instrumento à disposição do homem e não vice-versa.

É, portanto, precisamente esta consciência que deve inspirar a acção do legislador, na Europa como em África, nos Estados Unidos como no Extremo Oriente. O Parlamento deve ser o protagonista de um processo que compenetre o global e o local, que saiba adaptar as tecnologias mais avançadas às realidades mais modestas, explorando os instrumentos à disposição segundo a melhor relação custos-benefícios possível.

O desafio com que nos deparamos, como políticos e como legisladores, é o de saber adaptar este instrumento à realidade do nosso país, que é diferente da dos outros, e torná-lo um potente veículo de desenvolvimento e de participação democrática.

O Parlamento italiano, certo destas convicções, empenhou-se muito nestes meses para trazer a Nairobi instrumentos, metodologias,

inteligências, postas à disposição dos amigos africanos, para que as usem no melhor dos modos possíveis.